

ALINE RODRIGUES DE ANDRADE  
BRUNO ZAMPIER  
JOÃO RODRIGO DE MORAIS STINGHEN

MANUAL DE COMPLIANCE  
NOTARIAL & REGISTRAL

PARA IMPLEMENTAÇÃO DO  
PROVIMENTO 88 DO CNJ  
Atualizado até o Provimento 108 do CNJ



# MANUAL DE COMPLIANCE NOTARIAL E REGISTRAL

Copyright © 2020 por Editorial Lepanto

**Capa:** Editorial Lepanto

**Diagramação:** Luis Henrique de Paula

**Revisão:** Amanda Gil, Maiara Aparecida da Rosa de Souza, Samila Ariana Machado

**Tiragem:** 500 exemplares

**ISBN:** 978-65-990498-2-8

**Publicado por Editorial Lepanto**

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Andrade, Aline Rodrigues de  
Manual de compliance notarial e registral / Aline Rodrigues de Andrade, Bruno Zampier, João Rodrigo de Moraes Stingen. -- São Paulo : Editorial Lepanto, 2020.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-990498-2-8

1. Compliance 2. Corrupção - Combate 3. Direito notarial e registral - Brasil 4. Lavagem de dinheiro - Leis e legislação - Brasil 5. Registros públicos - Brasil I. Zampier, Bruno. II. Stingen, João Rodrigo de Moraes. III. Título.

20-51775

CDU-374.235.11(81)

### Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito notarial e direito registral  
374.235.11(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

### EDITORIAL LEPANTO

Rua Dr. Bráulio Gomes, 25 Conj. 1003

República - São Paulo/SP - CEP 01047-020

Telefone: (11) 3237-0503

[www.lepantoeditorial.com.br](http://www.lepantoeditorial.com.br)

## SUMÁRIO

PREFÁCIO . . . . .	11
1 – Introdução . . . . .	15
2 - A inclusão dos delegatários no sistema antilavagem . . . . .	20
2.1. O contexto da publicação do Provimento nº 88 . . . . .	20
2.2. Recomendações do GAFI aplicáveis aos delegatários . . . . .	21
2.2.1. A rede mundial antilavagem e o GAFI . . . . .	21
2.2.2. Atividades e profissões não-financeiras designadas . . . . .	23
2.3. Aspectos gerais do Provimento 88 . . . . .	26
2.3.1. Motivações para a publicação do Provimento 88. . . . .	26
2.3.2. Poder Judiciário como órgão “supervisor” dos cartórios . . . . .	28
2.4. Aspectos gerais do sistema brasileiro ALD/CT . . . . .	30
2.4.1. Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. . . . .	30
2.4.2. Lei de Lavagem de Dinheiro. . . . .	30
2.4.3. Conselho de Controle de Atividades Financeiras . . . . .	31
3 – Crime de lavagem de dinheiro: conceitos e formas. . . . .	35
3.1. Aspectos objetivos do crime . . . . .	35
3.1.1. Análise do Núcleo do Tipo . . . . .	39
3.1.2. Sujeitos Ativo e Passivo . . . . .	39
3.1.3. Bem Jurídico Tutelado . . . . .	39
3.1.5. Objeto Material . . . . .	40
3.1.6. Da infração penal antecedente . . . . .	41
3.1.6.1. Prova da infração penal antecedente . . . . .	41
3.2. Aspectos subjetivos do crime . . . . .	42
3.2.1. Condutas. . . . .	42
3.2.1.1. Situações suspeitas afetas aos serviços notariais e de registro . . . . .	44
3.2.2. Elemento Subjetivo . . . . .	47

3.2.2.1. Dolo Eventual e Teoria da Cegueira Deliberada . . . . .	.47
3.3. Formas omissivas, equiparadas e tentadas . . . . .	.52
3.3.1. Formas omissivas de conduta e a responsabilidade dos agentes delegados. . . . .	.52
3.3.2. Formas Equiparadas (art. 1º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.613/1998). . . . .	.53
3.3.3. Punição da Tentativas (art. 1º, § 3º, da Lei nº 9.613/1998). . . . .	.55
3.3.4. Causas especiais de aumento de pena: reiteração e organização criminosa (art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/1998) .	.56
3.4. Processo penal do crime de lavagem de dinheiro . . . . .	.56
3.4.1. Competência para Julgamento . . . . .	.57
3.4.2. Acusado citado que não comparece nem constitui advogado . . . . .	.58
3.4.3 Medidas Assecuratórias . . . . .	.58
3.4.4. Colaboração Premiada . . . . .	.61
3.5. Práticas do mercado: tipologias básicas da lavagem de dinheiro . . . . .	.63
3.5.1. Ocultação dentro de estruturas empresariais . . . . .	.64
3.5.2. Utilização indevida de empresas legítimas . . . . .	.67
3.5.3. Uso de identidades ou documentos falsos e testas-de- ferro . . . . .	.67
3.5.4. Exploração de questões jurisdicionais internacionais - Países ou dependências com tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados . . . . .	.68
3.5.5. Uso de ativos ao portador . . . . .	.74
4 - Comunicação de Operações Suspeitas . . . . .	.75
4.1. Introdução . . . . .	.75
4.1.1. Aspectos práticos das comunicações (Manual Siscoaf)	75
4.1.2. Momentos das comunicações . . . . .	.76
4.1.3. Opção preferencial pela comunicação . . . . .	.78
4.1.4. Proteção das comunicações de boa-fé . . . . .	.79
4.1.5. Categorias de comunicação de operações suspeitas .	.80

4.2. Comunicações obrigatórias . . . . .	80
4.2.1. Hipóteses gerais: todas as funções . . . . .	81
4.2.2. Hipóteses específicas: cartório por cartório . . . . .	81
4.3. Comunicações por dever de especial atenção . . . . .	82
4.3.1. Hipóteses gerais: todas as funções . . . . .	83
4.3.1.1. Uso de procurações de gestão empresarial . . . . .	83
4.3.1.2. Pessoas e locais de riscos . . . . .	83
4.3.1.3. Operações fora do perfil do cliente. . . . .	84
4.3.1.4. Operações fora da realidade . . . . .	85
4.3.1.5. Desejo de esconder informações . . . . .	85
4.3.2. Hipóteses específicas: cartório por cartório . . . . .	86
4.4. Comunicações por indícios suficientes . . . . .	87
4.4.1. Critérios gerais do Provimento 88 . . . . .	88
4.4.2. Outros regulamentos. . . . .	89
4.5 Prática: percebendo sinais de alerta . . . . .	91
5 - Devida Diligência: conheça seu usuário . . . . .	97
5.1. O que é diligência razoável? . . . . .	97
5.1.1. Usuários do serviço notarial e registral são “clientes”? .97	
5.1.2. Registros de informações sobre clientes . . . . .	99
5.1.2.1. Coleta de Informações. . . . .	99
5.1.2.2. Prazo de armazenamento dos cadastros e informações. . . . .	101
5.1.3. Diligência razoável com os clientes (usuários) . . . . .	103
5.2. Cadastros únicos de usuários . . . . .	106
5.2.1. Cadastro Único de Beneficiários Finais . . . . .	107
5.2.2. Cadastro Único de Clientes do Notariado . . . . .	107
5.2.3. Análise comparada . . . . .	108
5.3. Compartilhamento de dados . . . . .	109
5.3.1. Finalidade do compartilhamento. . . . .	109
5.3.2. Bancos de dados expressamente previstos . . . . .	109
5.3.3. Sistema Único de Segurança Pública . . . . .	110
5.3.4. Bancos de dados alternativos. . . . .	112

5.3.4.1. Bancos de dados estatais . . . . .	112
5.3.4.2. Bancos de dados privados . . . . .	112
5.3.4.3. Bancos de dados estrangeiros. . . . .	112
5.3.5. Instrumentos de colaboração para compartilhamento de dados . . . . .	112
5.3.6. Consultas a dados estatais para profilaxia de ilícitos .	114
5.4. Os oficiais de cumprimento . . . . .	116
5.4.1. Funções do oficial de cumprimento . . . . .	117
5.4.2. Escolhendo um bom oficial de cumprimento . . . .	119
5.4.3. Um preposto que responde solidariamente. . . . .	120
6 - Prevenção de Responsabilidade. . . . .	125
6.1. Medidas gerais de prevenção e defesa criminal . . . . .	125
6.1.1. Inconvenientes de uma investigação criminal . . . .	125
6.1.2. Consequências de uma condenação criminal. . . .	128
6.1.3. Deveres do Provimento 88 e seu descumprimento. .	129
6.1.4. Três dicas importantes para evitar a responsabilidade criminal. . . . .	131
6.1.5. Importante: não recusar serviços em caso de operações suspeitas . . . . .	134
6.1.6. Teses de defesa em juízo . . . . .	136
6.1.6.1. Afastamento do concurso de crimes (art. 69, § 2º CP)	136
6.1.6.2. Delação Premiada . . . . .	137
6.1.6.3 Desclassificação para o delito de Favorecimento Real (art. 349 do CP) . . . . .	139
6.1.6.4 Ação Controlada e Crime Impossível . . . . .	140
6.2. Defesa em ações cíveis . . . . .	142
6.2.1. Evolução do entendimento sobre a responsabilidade civil	142
6.2.2. Doutrina da responsabilidade objetiva e suas críticas	142
6.2.3. Doutrina da responsabilidade subjetiva . . . . .	144
6.2.4. A responsabilidade do Estado . . . . .	145
6.2.5. Entendimento atual sobre a responsabilidade civil. .	146

6.2.6. Inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor – CDC . . . . .	149
6.2.7. Fontes de dano a partir do Provimento 88 . . . . .	150
6.3. Defesa em procedimentos administrativos . . . . .	152
6.3.1 Conceitos e princípios . . . . .	154
6.3.2. Sanções disciplinares decorrentes de obrigações ALD/CFT . . . . .	159
6.3.3. Competência para aplicação das sanções e para o julgamento de recursos . . . . .	163
6.3.4. Processo administrativo disciplinar a partir do Provimento 88 (PAD PLD). . . . .	163
6.3.5. Reflexões sobre a responsabilidade disciplinar . . . . .	170
6.4. Aplicação prática: fixação do conteúdo em lavagem de dinheiro . . . . .	171
7 - Compliance PLD/FT nas serventias extrajudiciais. . . . .	181
7.1. Compliance como prática de governança corporativa . . . . .	181
7.2. Aspectos fundamentais de compliance . . . . .	183
7.3. Normas internas de compliance PLD . . . . .	186
7.3.1. Elaborando políticas, manuais e códigos de ética . . . . .	189
7.3.2. Elaborando protocolos padronizados . . . . .	190
7.4. Medidas de compliance PLD. . . . .	194
7.4.1. Medidas sugeridas pelo Provimento 88 e pelo GAFI . . . . .	195
7.4.2. Medidas sugeridas pela ANOREG (Prêmio Qualidade Total). . . . .	196
7.5. Aplicações práticas . . . . .	199
7.5.1 Implementando procedimentos e rotinas. . . . .	199
7.5.2. Aplicação prática: mapeamento de riscos . . . . .	201
7.5.2.1 Mapeando os riscos no seu cartório . . . . .	205
8 - Conclusão . . . . .	207
8.1. Recapitulação geral das obrigações . . . . .	207
8.1.1. Motivações do Provimento 88 . . . . .	207

8.1.3. Comunicações . . . . .	209
8.1.4. Registro de operações e cadastro de pessoas (alimentação e consulta) . . . . .	211
8.1.5. Devida diligência. . . . .	212
8.1.6. Políticas de compliance PLD . . . . .	216
8.1.7. O oficial de cumprimento . . . . .	217
9 - Siglas . . . . .	219
10 - Referências . . . . .	221
10.1. Jurisprudência . . . . .	221
10.2. Referências bibliográficas . . . . .	222